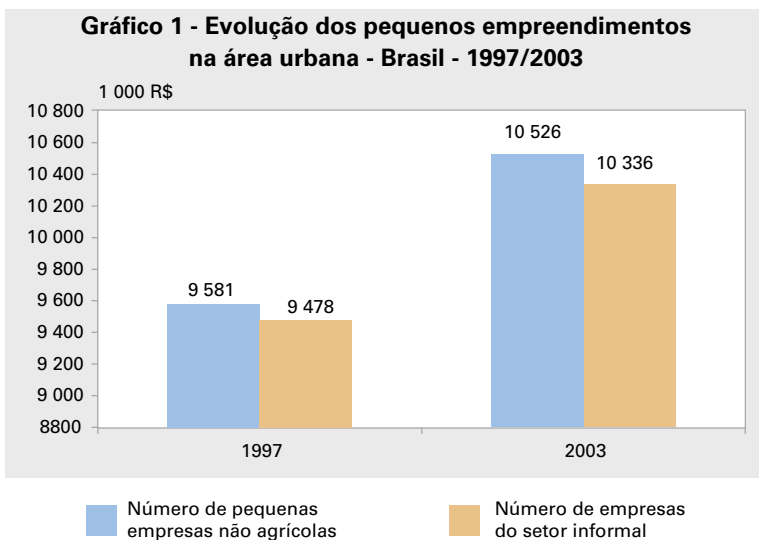

Análise dos resultados

Com o objetivo de complementar e atualizar as informações estatísticas sobre trabalho e rendimento no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE investigou, em 2003, o funcionamento e a capacidade de geração de postos de trabalho e rendimento das pequenas unidades produtivas que fizeram parte do setor informal urbano no País.

Foram identificadas 10 525 954 pequenas empresas não-agrícolas no Brasil em 2003, o que significou um crescimento de 10% em relação à última pesquisa Economia Informal Urbana realizada em 1997, quando este montante foi estimado em 9 580 840 empresas.

Em 1997, 99% das empresas não-agrícolas com até cinco empregados faziam parte do setor informal, proporção que, em 2003, foi de 98% indicando um pequeno aumento na proporção de pequenos empreendimentos formalizados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 1997/2003.

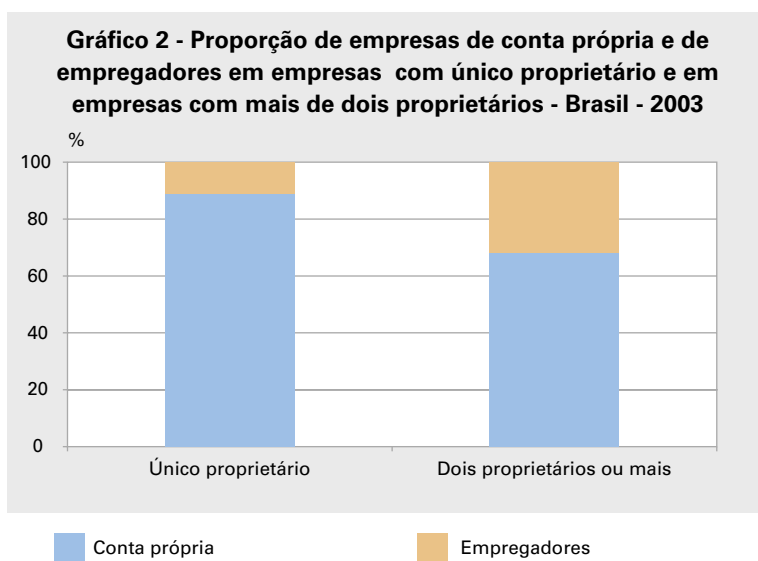
No Brasil, em outubro de 2003, existiam 10 335 962 empresas informais que ocupavam 13 860 868 pessoas, incluindo trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada, além dos trabalhadores não-remunerados. Verificou-se uma variação de 9% no número de empresas informais, enquanto o crescimento dos postos de trabalho nelas existentes cresceu 8% em relação à pesquisa anterior.

Principais características das empresas do setor informal

Grande parte das empresas do setor informal pertencia a trabalhadores por conta própria (88%) em 2003, sendo apenas 12% de pequenos empregadores. As atividades econômicas preponderantes neste setor eram comércio e reparação (33%), construção civil (17%) e indústria de transformação e extrativa (16%).

Das empresas pesquisadas, 95% tinham um único proprietário e 80% apenas uma pessoa ocupada. Estes dados mostraram que a maior parte dos empreendimentos continuava a ser formada por trabalhadores por conta própria que trabalhavam sozinhos, sem sócios ou ajudantes não-remunerados.

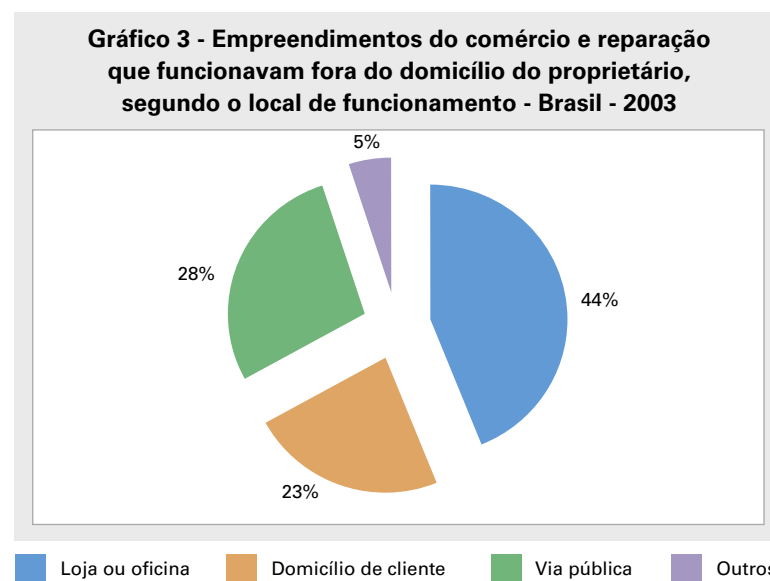
As empresas com um único proprietário, ou seja, sem sócios, pertenciam, em sua maioria, a trabalhadores por conta própria (89%), reduzindo-se para 68% a participação de empresas de conta própria em empresas com dois proprietários ou mais, conforme mostra o Gráfico 2.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

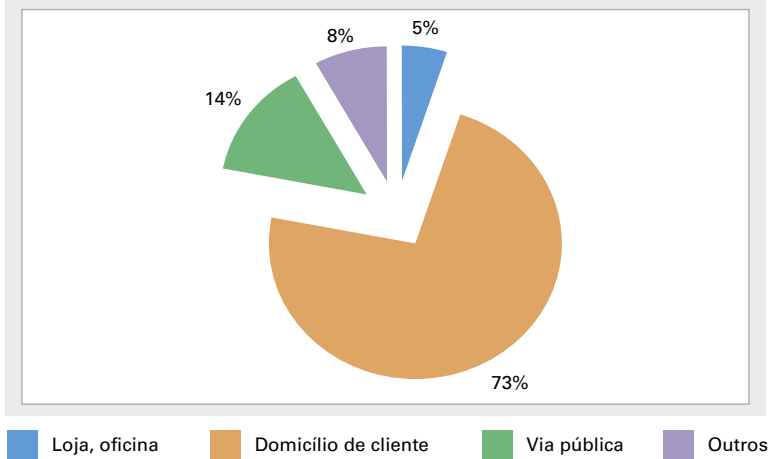
Características de funcionamento dos empreendimentos

A atividade produtiva era desenvolvida somente fora do domicílio em 65% dos casos, exclusivamente no domicílio do proprietário em 27% e em 8% no domicílio do proprietário e fora dele, resultado influenciado pelo peso de atividades como comércio e construção civil. Dentre os empreendimentos do grupo de atividade comércio e reparação, 62% estavam estabelecidos somente fora do domicílio e 12% dentro e fora do domicílio como mostram os Gráficos 3 e 4.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Gráfico 4 - Empreendimentos do comércio e reparação que funcionavam dentro e fora do domicílio do proprietário, segundo o local de funcionamento - Brasil - 2003



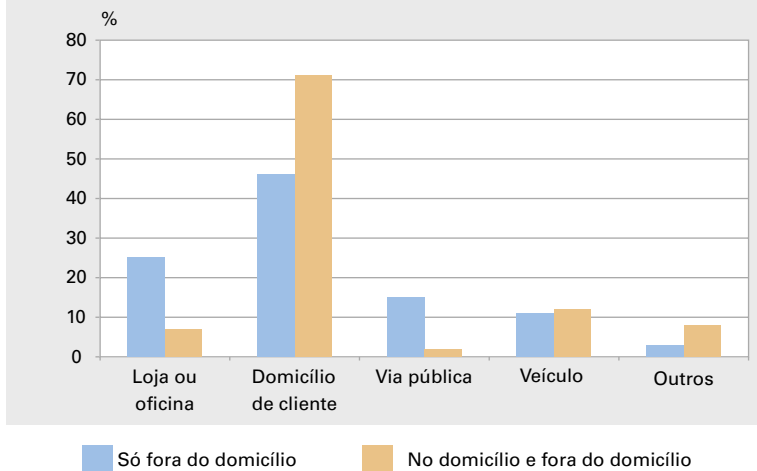
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Enquanto em 1997, 82% das empresas de empregadores funcionavam apenas fora do domicílio de seus proprietários, os resultados de 2003 mostraram que esta parcela se reduziu para 79%, em função, principalmente, do aumento no número daqueles empreendimentos cuja atividade era desenvolvida no domicílio do proprietário e no do cliente. Entre as empresas pertencentes a trabalhadores por conta própria, 63% funcionavam apenas fora do domicílio de seu proprietário enquanto esta proporção atingia 79% daquelas pertencentes a pequenos empregadores.

Os Gráficos 5 e 6 mostram a distribuição do local de funcionamento para cada tipo de empresa e destacam a elevada participação de domicílio de cliente no caso de empresas de conta própria assim como a importância de locais adequados para o desenvolvimento da atividade (lojas, oficinas, etc.) entre as empresas de empregadores.

Aproximadamente 89% das empresas pesquisadas funcionavam todos os meses do ano, sendo a maior parte delas, 87%, de trabalhadores por conta própria. Apenas 7% das empre-

Gráfico 5 - Empresas de conta própria, segundo o local de funcionamento - Brasil - 2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

sas do setor informal tinham comportamento sazonal, sendo 92% delas de trabalhadores por conta própria e 8% de pequenos empregadores. Importante destacar, também, que dentre as empresas da área de educação, saúde e serviços sociais, 23% tinham funcionamento sazonal.

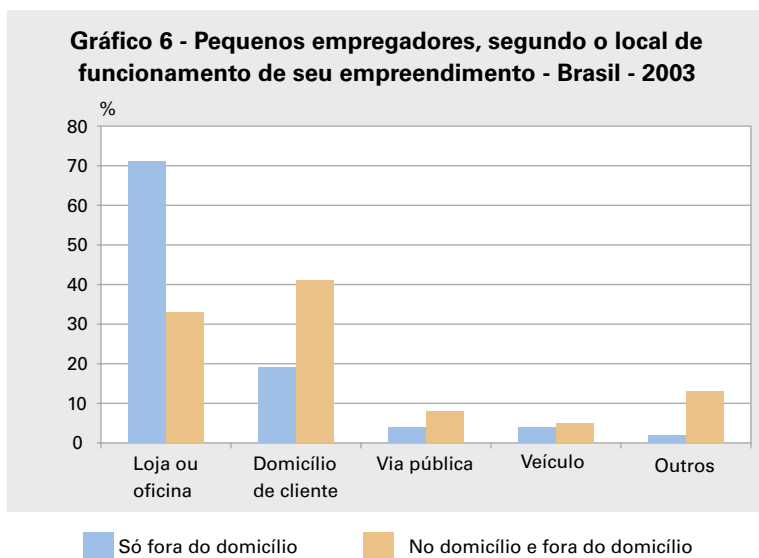
A maior parte das unidades produtivas pesquisadas, 70%, utilizou equipamentos e/ou instalações próprios para desenvolver sua atividade, destacando-se o uso das ferramentas ou utensílios de trabalho. Em relação a 1997, notou-se crescimento da proporção de unidades produtivas que utilizou imóveis, barracas ou *trailers*.

Entre as empresas que não utilizaram equipamentos e/ou instalações (22% do total), 47% eram do comércio e reparação, o que correspondia a 32% de todas as empresas deste grupo de atividade.

Aspectos financeiros

Conforme mostra a Tabela 1, as unidades produtivas que informaram o valor de sua receita mensal, na média, faturavam mais em 1997 que em 2003. Parcela significativa das empresas de conta própria, 22%, receberam, em média, entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00. As empresas de empregadores, por sua vez, alcançaram maior faturamento, sendo 63% delas com receita mensal superior a R\$ 2.000,00.

Cabe destacar ainda que a receita média obtida pelas empresas de empregadores (R\$ 6.033,00) era cerca de cinco vezes aquela obtida pelas empresas de conta própria (R\$ 1.164,00).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Tabela 1 - Resultados financeiros, por tipo de empresa do setor informal Brasil - 1997/2003

Resultados financeiros	1997 (1)			2003		
	Total	Tipo de empresa do setor informal		Total	Tipo de empresa do setor informal	
		Conta própria	Empregadores		Conta própria	Empregadores
Receita mensal média	2 183	1 446	6 622	1 754	1 164	6 033
Despesa mensal média	1 666	1 001	4 647	1 326	813	4 312
Lucro médio	977	760	2 351	911	671	2 360
Investimento	5 853	4 493	9 902	4 373	2 951	8 797

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 1997/2003.
(1) Valores corrigidos para 2003 pelo IPCA.

Os resultados obtidos mostram também que as empresas que informaram o valor da despesa, na média, tiveram um gasto menor em 2003 do que em 1997. Isto porque houve uma queda na quantidade de pequenos empreendimentos com despesa de Encargos Sociais (de 712 415 para 666 887) e Impostos e taxas (de 1 238 480 para 1 104 250) entre 1997 e 2003, bem como diminuiu o valor monetário real destes gastos no mesmo período, principalmente com mercadorias para revenda (de 5 730 319 para 5 018 560), encargos sociais (158 190 para 135 134), impostos e taxas (322 402 para 288 439), outros serviços de terceiros (224 009 para 210 981), despesas financeiras e outras despesas (635 067 para 608 530).

Em 1997, 93% das empresas do setor informal eram lucrativas, proporção que caiu para 73% em 2003, contudo, vale destacar que 87% das empresas que pertenciam a pequenos empregadores encontravam-se nessa situação. A Tabela 1 mostra que houve queda expressiva entre 1997 e 2003 no lucro médio real dos empreendimentos de conta própria, enquanto os de empregadores mantiveram o lucro no mesmo patamar anterior. Dentre as empresas lucrativas, a maior parte delas, 36%, eram do segmento do comércio e reparação.

Mesmo com a queda na proporção de empresas lucrativas, 16% das empresas do setor informal fizeram investimentos e/ou aquisições nos 12 meses anteriores à pesquisa (mesma proporção estimada em 1997), sendo que a proporção de empresas que utilizaram recursos provenientes, principalmente, de lucros de exercícios anteriores para seus investimentos foi de 70%, maior do que a observada em 1997 (62%).

Somente 7% das empresas do setor informal utilizaram empréstimos bancários para viabilizar o investimento feito, sendo que 24% das empresas de transporte, armazenagem e serviço informaram estar nessa situação.

Os resultados mostram que houve uma redução, não só na quantidade de empresas do setor informal que eram lucrativas, como também no lucro médio real obtido por elas. Aumentou, entretanto, a proporção dessas empresas que fizeram investimentos utilizando lucros de exercícios anteriores, apesar do valor real destes investimentos ter-se reduzido em relação a 1997, tanto no caso de empresas de conta própria, quanto de empregadores.

Existência de registros contábeis e formação de preços

Grande parte dos empreendimentos, 53%, não fazia nenhum tipo de registro contábil em 2003 e os proprietários desempenhavam esta função, sem auxílio de um contador, em 36% das empresas do setor informal, sendo que, em 1997, estas proporções eram de 46% e 39% respectivamente.

As empresas de empregadores utilizaram mais os serviços de contabilidade, visto que apenas 21% não registraram nada, percentual bem inferior àquele encontrado entre as empresas de trabalhadores por conta própria, 57%.

A maior parcela das empresas que realizaram registro contábil utilizando serviços de contadores estava no comércio e reparação, chegando a 54% das empresas de conta própria e 50% as de empregadores. Apenas uma parcela dos pequenos empreendimentos do comércio e reparação, entretanto, tinha contador que fazia o controle contábil, sendo de 59% a proporção das empresas de empregadores que utilizavam este serviço e de 10% a de conta própria.

Para todos os tipos de empresas e em quase todas as atividades, a forma de determinação dos preços dos produtos ou serviços mais freqüente era a negociação com os próprios clientes, opção feita por 40% do total das empresas. As exceções eram 27% das empresas do comércio que consideravam o custo de produção mais uma parcela fixa para formação de preços, e 45% das empresas de outros serviços coletivos, sociais e pessoais juntamente com 44% das empresas de serviço de alojamento e alimentação que consideravam os preços praticados por outras empresas concorrentes para fixar os seus.

Indicadores de formalização

Dentre as empresas do setor informal, 88% não possuíam constituição jurídica, o que correspondia a 93% das empresas de conta própria e 56% das empresas de empregadores. Entre aquelas que possuíam constituição jurídica, 93% tinham uma receita mensal superior a R\$ 2.000,00, enquanto 72% das que não possuíam este registro tinham receita média até R\$ 1.000,00.

Os indicadores de formalização mostraram que 89% das empresas do setor informal não eram filiadas a sindicato ou órgão de classe. A alta proporção de empresas sem este tipo de filiação se repete para todas as atividades, com exceção de educação, saúde e serviços sociais. Dentre as unidades produtivas que tinham constituição jurídica (12%) prevaleciam as firmas individuais.

Em média, 74% das empresas pesquisadas não possuíam licença municipal ou estadual, padrão que oscilava de acordo com a atividade, enquanto que 58% das empresas de transporte, armazenagem e comunicação, 58% das empresas de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços, e 52% das empresas de educação, saúde e serviços sociais não tinham licença municipal ou estadual. Aproximadamente 90% não tinham registro de microempresas, proporção que se altera pouco entre os diversos grupamentos de atividades.

Poucas empresas tinham aderido ao sistema de tributação SIMPLES até o final de 2003, apenas 2% do total, sendo a maior parte delas no comércio e reparação (53%). A participação era muito pequena, embora seja fato que nem todas as empresas poderiam ter optado por este sistema de tributação, haja vista as limitações quanto a receita anual, a atividade desenvolvida e o fato da empresa ter registro.

Todos esses indicadores de formalização variaram de acordo com o tipo de empresa, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Proporção de empresas do setor informal em relação ao total de empresas, por tipo, segundo indicadores de formalização - Brasil - 2003

Indicadores de formalização	Proporção de empresas do setor informal em relação ao total de empresas, por tipo de empresa (%)		
	Total	Conta própria	Empregador
Possuía registro de microempresa	10	6	38
Aderiu ao sistema SIMPLES	2	1	9
Possuía licença municipal	23	19	52
Era filiado a sindicato	11	8	28
Tinha constituição jurídica	12	7	44

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Das empresas do setor informal com proprietários por conta própria, 79% declararam que não eram regularizadas, sendo que em 76% das empresas seus proprietários sequer tentaram regularizar o negócio. No entanto, a parcela de empresas de pequenos empregadores não regularizada era bem menor, 34%.

Clientes e fornecedores

A clientela variada era predominante entre os pequenos empreendimentos em 2003, chegando a 84% do total das empresas, percentual que se manteve quando se observaram, isoladamente, tanto as empresas de trabalhadores por conta própria quanto aquelas de pequenos empregadores.

A maior parte das empresas do setor informal tinha clientes no mesmo município em que funcionavam, 33% delas eram do comércio e reparação. Também estava no comércio e reparação a maior proporção de empresas que desconheciam a origem de seus clientes, 30%, e das que tinham clientes em outros municípios, estados ou países, 32%.

Resultados semelhantes aos estimados em 1997 foram observados em 2003 quanto se analisou a proporção de empresas com vendas à vista, 44%, e com vendas à vista e a prazo, 43%. Esta proporção, contudo, variou de acordo com o tipo de empresa. A pesquisa mostrou que quase 46% das empresas de trabalhadores por conta própria realizavam suas vendas à vista e 41% o faziam à vista e a prazo. Porém, entre as de pequenos empregadores, 32% vendiam à vista e 54%, à vista e a prazo.

Trabalhavam por encomenda ou subcontrato, em 2003, 21% das empresas do setor informal, sendo a maior parte da indústria de transformação e extrativa (36%), seguida pelo comércio (24%) e pela construção civil (18%). Destas, 69% optaram por trabalhar desta forma por ter garantia de vendas ou de trabalho.

Das empresas que declararam a forma mais freqüente de pagamento das matérias-primas, grande parte, 41%, pagava as mercadorias à vista, situação comum a todos os grupos de atividade, exceção apenas à construção civil e ao transporte, armazenagem e comunicações que, por características inerentes à atividade, consumiam pouca matéria-prima. Dentre as empresas de empregadores, 36% pagavam as mercadorias a prazo, enquanto apenas 17% das de conta própria utilizavam esta forma de pagamento para as matérias-primas.

Em relação às empresas do setor informal que consumiam matéria-prima, 31% tinham como forma de obtenção mais freqüente dos produtos as empresas pequenas, principalmente no comércio e reparação, em que 38% compravam de empresas pequenas.

Acesso a crédito

A grande maioria das empresas do setor informal (94%) não utilizou crédito nos três meses anteriores à pesquisa, no desenvolvimento da atividade. Entre aquelas que o fizeram, a principal fonte dos recursos foi: bancos, públicos ou privados (para 58% das empresas), o próprio fornecedor (16%) e amigos ou parentes (16%). Entre as empresas de conta própria esta distribuição foi: bancos, públicos ou privados (para 54% dessas empresas), o próprio fornecedor (18%) e amigos ou parentes (18%); já para as de empregadores, prevaleceram, em proporção ainda maior, os empréstimos de bancos públicos ou privados (71% dessas empresas), sendo que os empréstimos com amigos ou parentes representavam 11%, e com o próprio fornecedor 10%.

Em 2003, assim como em 1997, 83% das empresas do setor informal não possuíam qualquer tipo de dívida no mês de novembro do respectivo ano de referência da pesquisa. Nesse período, entretanto, nota-se uma mudança em relação ao tipo de empresa: queda

de 85% para 84% da participação dos conta própria que não tinham dívida e aumento de 67% para 71% da proporção dos pequenos empregadores não-endividados.

Avaliação do desempenho no último ano e perspectivas

A atividade produtiva permaneceu igual nos 12 meses anteriores à pesquisa para 49% das empresas de trabalhadores por conta própria e 43% das empresas de pequenos empregadores, proporções que eram de 54% dos conta própria e 52% dos empregadores, em 1997. Em 2003, destacou-se ainda o fato de que para 12% das empresas de pequenos empregadores houve aumento do número de pessoas ocupadas ou da capacidade produtiva, proporção que era de apenas 8% em 1997. Por outro lado, houve redução das atividades em 31% das empresas de trabalhadores por conta própria em 2003, participação pouco inferior aos 32% de 1997, justificada, principalmente, pela construção civil que representou 32% das empresas nesta situação.

A proporção de empresas que teve ampliação na jornada de trabalho e diversificação das atividades aumentou, de 1997 para 2003, passando de 5% para 9% e de 1% para 3%, respectivamente.

Na avaliação dos proprietários, 31% deles apontou como principal dificuldade enfrentada no ano para desenvolver o negócio a falta de clientes, situação generalizada por todas as atividades, acompanhada pela concorrência muito grande, fator que passou a ter maior impacto para as empresas do setor informal em 2003 (25%) em relação a 1997 (19%), principalmente para os empregadores (aumento de 21% para 25% no período).

Destacou-se também o fato de que, em 2003, para 20% das empresas de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 26% daquelas da área de educação, saúde e serviços sociais e 20% dos empreendimentos do setor informal da área de outros serviços coletivos, sociais e pessoais não tiveram dificuldade para desenvolver seu negócio nos últimos 12 meses.

Como planos para o futuro do negócio, 38% das empresas do setor informal, em quase todas as atividades definidas, pretendiam aumentar o empreendimento, com exceção das empresas de construção e de serviços de transporte que tinham a intenção de continuar no mesmo nível. Imprescindível notar, também, o aumento, entre 1997 e 2003, de 12% para 16% entre os proprietários do setor informal que pretendiam abandonar a atividade e procurar emprego.

De forma semelhante à identificada em 1997, a grande maioria das empresas (96%) declarou, na pesquisa Ecinf 2003, não ter recebido qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira nos últimos cinco anos. Das 374 615 empresas do setor informal que receberam algum tipo de assistência (4% do total de empresas), a maioria recebeu capacitação em gestão, e estava no grupo de comércio e reparação.

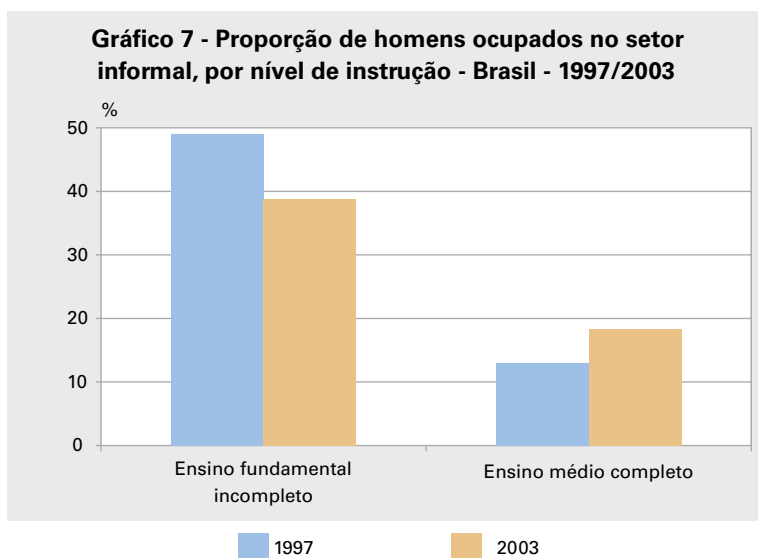
Características das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal

Dentre as pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, 69% eram trabalhadores por conta própria, 10% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 6% trabalhadores com carteira assinada e 5% não-remunerados. Essas proporções pouco se alteraram em relação a 1997, quando 67% eram trabalhadores por conta própria, 12% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 7% trabalhadores com carteira assinada e 4% não-remunerados.

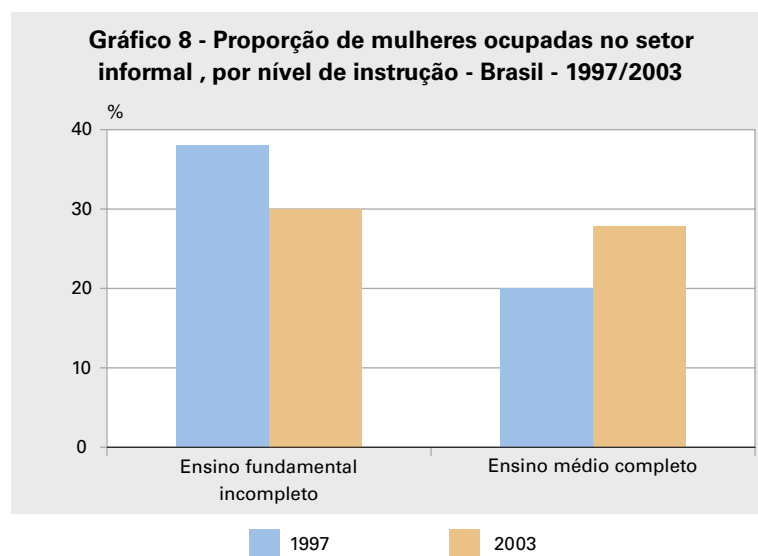
Na maior parte das categorias predominava o sexo masculino, 64% das pessoas ocupadas, com exceção de não-remunerados, onde 64% eram mulheres, o que correspondia a 3% da população ocupada. O comércio e reparação e a indústria de transformação e extrativa eram as atividades que geravam a maior parcela dos postos de trabalho, 35% e 16% respectivamente.

Grande parcela dos trabalhadores com carteira assinada, 43%, estavam no comércio e reparação. Das mulheres com carteira de trabalho assinada, 34% trabalhavam em educação, saúde e serviços sociais e 23% dos homens nesta posição na ocupação estavam na indústria de transformação e extrativa.

A maioria destes trabalhadores, 36%, tinha o primeiro grau incompleto, entretanto, de 1997 para 2003, reduziu-se a proporção de trabalhadores do setor informal com apenas o 1º grau incompleto e aumentou a participação dos trabalhadores com 2º grau completo, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, conforme mostram os Gráficos 7 e 8.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 1997/2003.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 1997/2003.

Características dos proprietários de empresas do setor informal

Dos proprietários das empresas do setor informal, 66 % eram homens, sendo que 95% não tinham sócios e grande parcela já era proprietário há mais de 10 anos (30%), diminuindo, inclusive, a proporção de proprietários que estava há menos de um ano no negócio entre 1997 (18%) e 2003 (12%).

Dos proprietários de empresas do setor informal há menos de cinco anos, que representam 26% do total de proprietários, a maioria já havia trabalhado anteriormente, no entanto, o principal motivo informado para a saída do último trabalho era distinto segundo o sexo. Para os homens foi o fato de terem sido dispensados (33%) e, para as mulheres, foram motivos pessoais ou familiares (28%).

Aproximadamente 31% dos proprietários indicaram o fato de não ter encontrado emprego como o motivo de ter iniciado o empreendimento, participação que era de apenas 25% em 1997. Quando se observaram apenas os proprietários do sexo masculino, verificou-se a mesma tendência. Já entre as mulheres, 32% indicaram a complementação da renda familiar como fator mais importante. Esse mesmo padrão se verificou em relação aos proprietários que eram conta própria, porém segundo a maioria dos empregadores, tanto para os homens quanto para as mulheres, o principal motivo que os levou a iniciar o negócio foi o desejo de se tornar independente.

A distribuição dos proprietários, segundo os grupos de idade, mostrava que 37% tinham de 25 a 39 anos e 46% de 40 a 59 anos, tanto entre os homens quanto entre as mulheres. O nível de instrução preponderante dos proprietários também era o mesmo para ambos os sexos, primeiro grau incompleto. Apenas 8% do total de proprietários tinham nível superior completo, sendo que entre as mulheres este percentual alcançava 10%.

Importante ressaltar também que entre os empregadores, a maior parte, 28%, tinha concluído o ensino médio, enquanto que entre os trabalhadores por conta própria, 40% tinham apenas o ensino fundamental incompleto. Tanto entre os homens quanto entre as mulheres, observou-se que os empregadores apresentavam maior escolaridade entre os empregadores que os trabalhadores por conta própria.

Do total de proprietários, 55% não era natural do município em que residia, porém parcela significativa destes últimos já morava há cinco anos ou mais no município, 83%. Grande parte dos proprietários das empresas do setor informal, 87%, começou a trabalhar bem jovem, com menos de 18 anos, e 25% freqüentavam ou já tinha freqüentado curso de especialização ou formação profissional.

Aproximadamente 20% dos proprietários de empresas do setor informal freqüentaram ou estavam freqüentando curso de formação profissional voltado para o negócio, sendo que, entre esses, 46% tinham de 40 a 59 anos de idade e 42% tinham entre 25 a 39 anos de idade. A participação mais expressiva daqueles que estavam nessas faixas etárias se manteve para homens e mulheres e para conta própria e empregadores. A maior parte dos proprietários alegou ter utilizado recursos próprios para financiar o curso, 59%, sendo de apenas 31% a proporção daqueles que freqüentaram cursos gratuitos.

Os resultados indicaram que cerca de 32% dos proprietários das empresas do setor informal não precisaram de capital para começar o empreendimento, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres, em 2003. Para o restante, a maior parte utilizou recursos próprios e apenas 11% solicitaram empréstimos de terceiros.

Parcela expressiva dos proprietários das empresas do setor informal, 76%, não contribuíam para plano de previdência oficial, seja por ter achado o custo elevado (41% daqueles que não fizeram este tipo de previdência), ou por desconhecer por completo as regras de aposentadoria (15%). Os empregadores (47%) contribuíam relativamente mais que os trabalhadores por conta própria (20%) para planos de previdência oficial. No grupo de contribuintes de plano de previdência oficial, a maioria era de homens (70%), entretanto, estes resultados variavam conforme a posição na ocupação. A participação das mulheres que contribuíam para plano de previdência oficial (53%) foi superior à participação dos homens (45%), no grupo dos empregadores.

Cerca de 97% dos trabalhadores por conta própria, proprietários de empresas do setor informal, e, aproximadamente, 89% dos empregadores dessas empresas não aderiram a planos de previdência privada em 2003. Observou-se que 12% das mulheres empregadoras e 11% dos homens empregadores contribuíam para a previdência privada.

Acesso a crédito e serviços financeiros e não-financeiros

Além das informações já analisadas, em 2003, investigou-se também o acesso dos pequenos empreendedores a alguns serviços financeiros e não-financeiros.

Os serviços que os proprietários consideravam como mais importantes para o desenvolvimento de seus negócios variavam conforme a atividade principal do empreendimento. Para os proprietários da indústria de transformação e extrativa; comércio e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicações; o crédito era considerado o mais importante. Para os proprietários de empreendimentos da construção civil; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; educação, saúde e serviços sociais, bem como outros serviços coletivos, sociais e pessoais, a formação profissional era mais relevante.

Cerca de 88% dos proprietários de empresas do setor informal não utilizavam serviço de informática em 2003, sendo que 77% dos trabalhadores por conta própria e 65% dos empregadores não achavam necessário utilizá-los.

Com relação ao acesso a serviços financeiros, observou-se que 40% dos proprietários de empresas do setor informal com até cinco empregados tinham conta corrente, sendo que 32% tinham direito a talão de cheques. A maior parte efetuava pagamentos por meio de correspondente bancário (37%) e 34% utilizavam agência bancária. Tanto em relação ao crédito, quanto em relação ao acesso a instrumentos financeiros, as participações variaram conforme o tipo de empresa, como mostra a Tabela 3.

Dos 10 711 673 proprietários de empresas do setor informal, apenas 9% tinham seguro de vida, 10% tinham plano de saúde e/ou dental, e somente 2% tinham seguro do imóvel correspondente à instalação do negócio. Aproximadamente 42% dos proprietários alegavam que o custo dos produtos era alto.

Os resultados indicam que poucos eram aqueles que utilizavam Internet (1%), débito em conta corrente (2%) e telefone (menos de 1%) para efetuar pagamentos. A proporção daqueles que não faziam transações financeiras chegava a 14%.

Tabela 3 - Proporção de proprietários de empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo tipo de acesso a instrumentos financeiros utilizados Brasil - 2003

Tipo de acesso a instrumentos financeiros utilizados	Proporção de proprietários de empresas do setor informal, por tipo de empresa (%)		
	Total	Conta própria	Empregadores
Conta corrente	40	36	68
Cheque especial	23	19	49
Caderneta de poupança	24	23	32
Cartão de crédito	27	24	48
Agência bancária	34	31	53
Correspondente bancário	37	39	27
Débito em conta	2	2	3
Telefone	-	-	-
Internet	1	1	3
Não efetua transações financeiras	14	16	5
Tipo de seguros que os proprietários tinham			
Seguro de vida	9	7	21
Imóvel correspondente a instalação do negócio	2	1	9
Saúde e/ou dental	10	8	20
Residência	3	2	7
Motivo para não ter feito seguro			
Não achava necessário	22	23	18
Custo era alto	42	44	30

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

(1) Valores corrigidos para 2003 pelo IPCA.

Proprietários do setor informal com mais de um trabalho

A maioria dos proprietários trabalhava somente no setor informal, pois apenas 10% tinham mais de um trabalho. Entre os que tinham mais de um trabalho, 27% eram proprietários de outro negócio no setor informal, 24% eram empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada no outro trabalho e 23% empregados no setor público.

Entre os trabalhadores por conta própria que eram proprietários de empresas no setor informal e possuíam outro trabalho, 27% eram proprietários do setor informal no outro trabalho, 24% eram empregados sem carteira de trabalho assinada e 23% eram funcionários públicos. Verificou-se uma participação maior dos homens (59%), em relação às mulheres (41%), principalmente quando se observa também a posição da ocupação, onde 75% dos empregadores de empresas do setor informal com mais de um trabalho eram homens e apenas 25% eram mulheres.

Dos proprietários com mais de um trabalho, que trabalhavam fora do setor informal, cerca de 34% considerava o trabalho no setor informal como principal sendo que, para 36% dos homens, o trabalho principal era aquele que proporcionava maior estabilidade, enquanto que para 33% das mulheres o motivo preponderante para esta escolha era o fato de obter maior rendimento neste trabalho. Dos 66% que consideravam o trabalho no setor formal como principal, 45% fizeram esta escolha porque o emprego no setor formal era mais estável.

O rendimento médio de todos os trabalhos dos proprietários do setor informal era de (R\$ 753,00) sendo que o dos empregadores (R\$ 1.606,00) era maior que o dos conta própria (R\$ 623,00). O rendimento real caiu, uma vez que, em 1997, os valores reais eram de R\$ 878,00, R\$ 1.796,00 e R\$ 710,00 respectivamente.

Características das outras pessoas ocupadas

As pessoas ocupadas em 2003, excluindo os proprietários, estavam concentradas em dois grupos de idade: 33% no de 18 a 24 anos e 36% no de 25 a 39 anos. Os homens, em sua maioria, estavam nos dois grupos em proporções semelhantes (36%), enquanto as mulheres estavam em maior proporção no segundo 37%. Do total destes trabalhadores, 61% tinham vínculo de trabalho por tempo indeterminado, proporção bem inferior à encontrada em 1997, de 72%. A evolução no mercado de trabalho no setor informal de 1997 para 2003 mostrou um aumento na proporção de trabalhadores que trabalhavam por tempo determinado, de 10% para 12%, e na proporção daqueles que trabalhavam por tarefa, de 7% para 10%,

Uma parcela significativa destas pessoas, 81%, foi trabalhar no empreendimento através de relações pessoais, (participação inferior à verificada em 1997 que foi de 85%) estando há pouco tempo na empresa, ou seja, 39% de um a três anos e 34% há menos de um ano. Houve um aumento na participação dos cônjuges entre os trabalhadores das empresas do setor informal, de 10% para 18%, apesar de que aproximadamente 54% das pessoas ocupadas não tinham nenhuma relação de parentesco com o proprietário da empresa. (inferior aos 59% em 1997).

Do total, 67% trabalhou de 21 a 30 dias no mês e a maioria, 44%, tinha uma jornada de 40 a 60 horas por semana, chegando a 8% a participação daqueles que trabalhavam mais de 60 horas por semana. Em relação a 1997, havia uma proporção menor de pessoas ocupadas trabalhando de 21 a 30 dias no mês (81%) e 40 a 60 horas por semana (46%).

O rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, excluindo os proprietários, foi de R\$ 363,00, sendo o dos homens (R\$ 378,00) superior ao das mulheres (R\$ 338,00). Os rendimentos médios apresentaram valores inferiores àqueles observados em 1997, que eram de R\$ 373,00 para as pessoas ocupadas, sendo que os homens ganhavam R\$ 393,00 e as mulheres R\$ 339,00 em média, rendimentos estes já corrigidos a valores de 2003.

Verificou-se que o rendimento aumentava com o patamar educacional alcançado, com exceção das pessoas com segundo grau incompleto, que recebiam R\$ 292,00, valor menor que o rendimento dos ocupados com primeiro grau completo, R\$ 371,00.

Os empregados com carteira de trabalho assinada ganhavam R\$ 436,00, sendo que os homens nesta situação recebiam R\$ 472,00, e as mulheres R\$ 399,00.

Constatou-se, ainda, que quanto maior a idade da pessoa ocupada, maior era o seu rendimento, tanto entre os homens quanto entre as mulheres; com exceção apenas dos maiores de 60 anos, que ganhavam em média R\$ 395,00 em 2003.

Evidenciou-se o aumento da proporção de trabalhadores com menor jornada de trabalho, mas também com diminuição no valor do rendimento real entre 1997 e 2003, embora, conforme visto, tenha crescido a proporção das empresas que aumentaram a jornada de trabalho nos últimos 12 meses